

EconomiABC

Análise de Conjuntura



OBSERVATÓRIO ECONÔMICO

Agosto / 2015

9

Escola de Gestão e Direito
Ciências Econômicas

 Universidade
Metodista
de São Paulo
Inovação desde 1938

EconomiABC

Análise de Conjuntura

Universidade Metodista de São Paulo
Escola de Gestão e Direito
Curso de Ciências Econômicas
Observatório Econômico

Reitor
Dr. Márcio de Moraes

Diretor da Escola de Gestão e Direito
Dr. Fúlvio Cristofoli

Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas
Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

Coordenador de Estudos
Me. Sandro Renato Maskio

Professores
Me. Sebastián A. B. Escobar

Funcionária
Bruna Romualdo Teixeira

www.metodista.br/observatorio-economico

2

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Observatório Econômico ou da Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

3

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PANORAMA ECONÔMICO.....	6
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	8
INFLAÇÃO	12
MERCADO DE TRABALHO.....	14
COMÉRIO EXTERIOR	17
OPINIÃO.....	19

APRESENTAÇÃO

Esta nona edição do Boletim EconomiABC avalia o desempenho da economia da região do Grande ABC no primeiro semestre de 2015, e as perspectivas para o restante do ano. Este ano, marcado pela política contracionista, o governo federal tende a encerrar com queda no PIB, inflação próxima a 10% e déficit na Balança Comercial.

A região do Grande ABC vem sentindo os efeitos deste contexto, refletido no mercado de trabalho, na redução da massa salarial e na retração do consumo. O Observatório Econômico tem procurado analisar o comportamento da economia regional, sem perder de vista sua potencialidade e as expectativas que se encerram sobre ela.

Alunos envolvidos na elaboração do Boletim:

Comércio Exterior

Amanda Silva Godoy
Gustavo Diaz Garcia

Finanças

Geovana Gonçalves Ferreira
Willian Alves de Souza

Inflação

Anne Caroline Silva Oliveira
Dalvino Torquato dos Reis Junior

Mercado de Trabalho

Cristiane Tiemi da Silva Ganaka
Luís Henrique de Moraes Bezerra

Panorama Econômico

Alex Paulo Lopes Nogueira
Bruna Romualdo Teixeira

Sandro Renato Maskio
Coordenador de Estudos do Observatório Econômico
Universidade Metodista de São Paulo

5

PANORAMA ECONÔMICO

Terminado o primeiro semestre deste ano, já sentimos os efeitos do ajuste econômico realizado pela equipe econômica do governo. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central aponta uma retração de pouco mais de 2,8% na economia nacional no primeiro semestre. No final do mês de julho, a inflação acumulada em 12 meses registrou 8,89%, segundo o IPCA do IBGE.

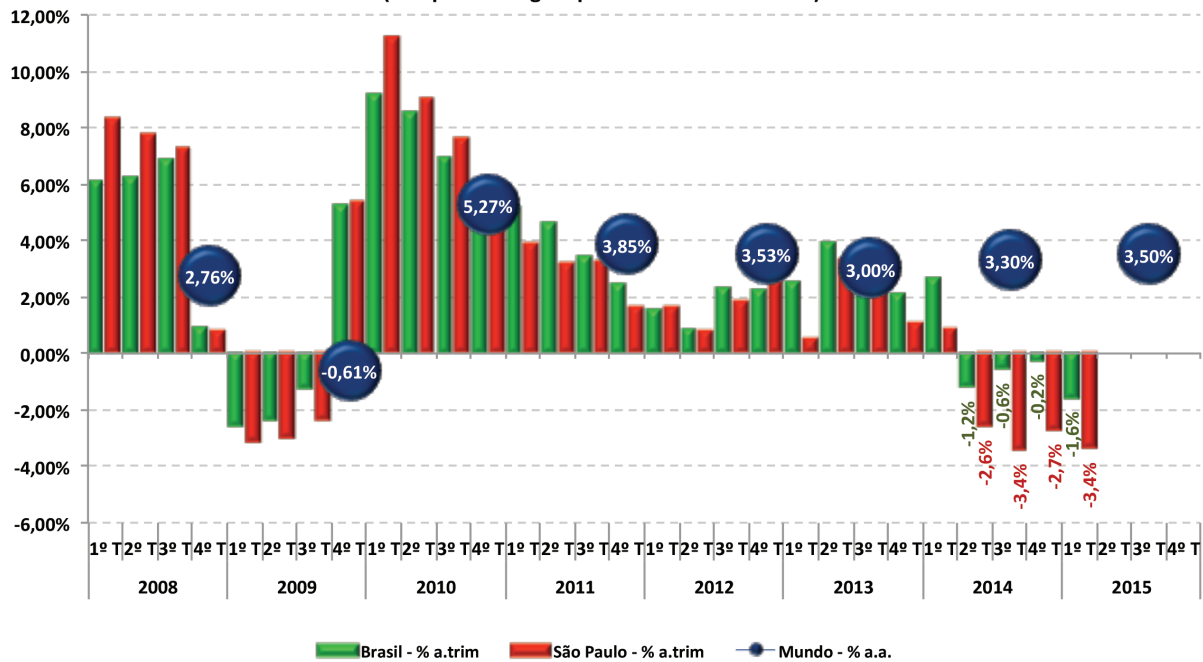
O ajuste tem como principais objetivos reverter a deterioração das contas públicas, reduzir o nível de inflação, reestabelecer uma trajetória de crescimento e proteger as conquistas sociais dos últimos anos.

Para recompor o orçamento público, do lado da arrecadação, o governo federal tem diminuído as renúncias fiscais e as reduções de impostos, utilizado nos anos anteriores para estimular a economia. Do outro lado, o governo vem se esforçando para diminuir as despesas públicas, mesmo diante da rigidez de grande parte das despesas. Ainda assim, o primeiro semestre deste ano fechou com um déficit primário de aproximadamente R\$ 1,6 bilhões, dado que a arrecadação tem diminuído em função da desaceleração da economia, bem como tem encontrado resistência política para conseguir efetivar a redução de gastos.

Também faz parte deste esforço a recomposição de preços públicos e administrados que vinham onerando o caixa do Tesouro Nacional, como energia e combustíveis, que estavam subindexados para neutralizar impactos inflacionários nos anos recentes. Segundo estimativa do Banco Central, até o final de 2015, a energia elétrica deverá ser reajustada em 41% e os combustíveis em 9,1%. Por serem insumos produtivos essenciais, estes vêm se refletindo no índice de inflação, que já acumula uma alta de 6,17% no primeiro semestre do ano.

6

Crescimento Trimestral do PIB (%) (comparado a igual período do ano anterior)



Fonte: FMI, IBGE e SEADE

Para amenizar o impacto inflacionário, o Banco Central vem praticando uma política monetária restritiva, com elevação da taxa básica de juros e retração da disponibilidade de crédito. Desde fins do ano passado, a taxa básica de juros aumentou de 10,9% a.a. para 14,15% a.a.

O objetivo do Banco Central é conseguir trazer a inflação para próximo da meta de 4,5% a.a. no final de 2016, que neste ano fechará contaminada com os efeitos do realinhamento dos preços administrados.

Ao mesmo tempo, a taxa de câmbio sofreu significativa desvalorização no primeiro semestre de 2015, passando de aproximadamente R\$ 2,65 por dólar no final de 2014, para aproximadamente R\$ 3,10 por dólar no final de junho.

Como a taxa de câmbio, ao que tudo indica, não mais será usada como mecanismo para amenizar pressões inflacionárias, o Banco Central não tem atuado com intensidade no mercado cambial, e deverá permitir a desvalorização do Real. A equipe econômica, logo no início deste ano, já havia mencionado a necessidade de desvalorizar a moeda nacional com o objetivo de melhorar as condições de exportação no país.

Diferentemente dos dois últimos anos, a Balança Comercial do Brasil fechou o primeiro semestre do ano com um superávit de US\$ 2,2 bilhões, composto por uma redução de 14,6% nas exportações e de 18,5% nas importações, comparativamente ao igual período do ano passado.

7

Ainda que a taxa de câmbio tenha começado a gerar efeitos positivos no fluxo de exportação de alguns setores, como veículos e caminhões, a redução nas importações, provocada tanto pela elevação do custo como pela desaceleração da atividade econômica interna foram fundamentais para que a Balança Comercial fechasse o semestre com um saldo positivo. No Grande ABC o cenário foi semelhante.

Apesar da melhora no volume de exportações da cadeia de produção automobilística, assim como na indústria química, estas não foram suficientes para acelerar a economia da região. Pelo contrário, os indicadores do mercado de trabalho apontam perdas de postos de trabalho e elevação da taxa de desemprego, bem como retração na massa de salários, indicativos de desaceleração na atividade econômica.

No cenário internacional, as economias dos EUA, dos países Asiáticos e da América Latina apresentaram uma taxa média de crescimento, nos últimos três anos, maior que a da economia brasileira. Já a economia da União Europeia mostra-se estagnada, embora alguns países já apresente uma trajetória de retomada da atividade econômica.

No Brasil, diante do esforço de promover o ajuste dos fundamentos macroeconômicos, em especial do orçamento público e inflação, a economia deverá permanecer estagnada até fins do ano de 2016.

O Grande ABC também se ressentido desta conjuntura, tendo em vista a retração da atividade da indústria, dos reflexos sobre a retração no mercado de trabalho e na atividade comercial.

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

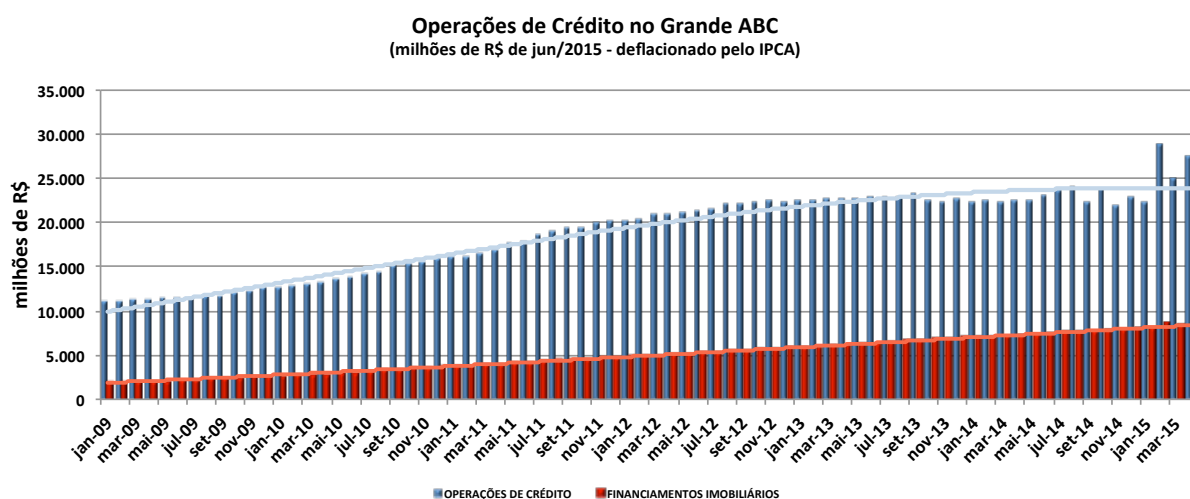
Diante do objetivo de conter a inflação, a política monetária pressionou a elevação da taxa de juros na ponta do mercado, tornando os mecanismos de crédito mais caros, ao mesmo tempo em que tem provocado a diminuição da disponibilidade de crédito. Neste ambiente, juntamente com o aumento da inadimplência, os bancos têm se mostrado mais seletivos para a concessão de crédito.

As operações de crédito na região do Grande ABC, em 2014, aumentaram aproximadamente 0,5%, comparativamente a 2013, tendo sido puxado pelas operações de financiamento e empréstimo imobiliário. Nos primeiros quatro meses de 2015 houve um aumento nas operações de crédito na região, em especial nos meses de fevereiro e abril. Tendo ocorrido em períodos pontuais, estes ainda não permitem observar uma alteração na trajetória das operações de crédito, cujo crescimento vem se estagnando desde o início do ano passado.

8

Ainda que num ritmo menor que nos anos anteriores, as operações de financiamento imobiliário apresentaram um crescimento de aproximadamente 16%, em 2014, na região, comparado ao ano de 2013. Nos primeiros quatro meses deste ano as operações de financiamento imobiliário cresceram aproximadamente 18%, comparado ao igual período do ano anterior.

Após um significativo período de continua ascensão, nos últimos 18 meses as operações de crédito têm alternado períodos de retração e ascensão, o que denota menor capacidade de endividamento da sociedade. O que também permite apontar, diante das condições do crédito no Brasil, a redução da capacidade deste fomentar o consumo, como ocorrera nos anos anteriores.

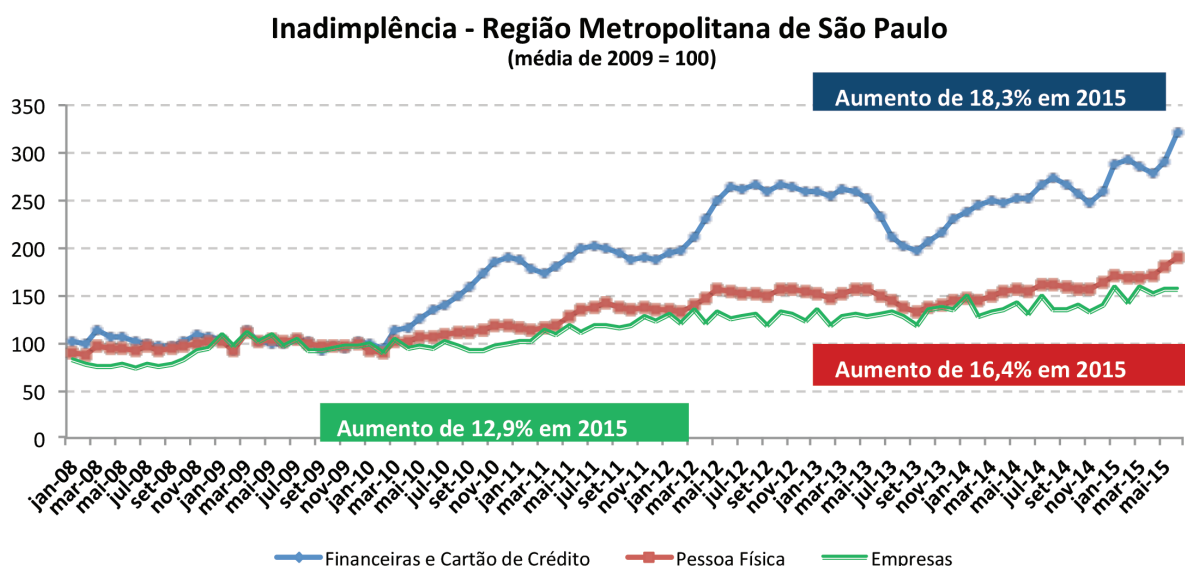


Fonte: Banco Central do Brasil

É importante salientar também que, na atual conjuntura, a política monetária contracionista adotada pelo Banco Central tem, como um de seus objetivos, reduzir a influência do crédito no consumo como forma de conter a inflação.

O elevado endividamento das famílias para os padrões históricos brasileiros, juntamente com a elevação da taxa de juros têm provocado desaceleração nas operações de crédito. Segundo pesquisa da Serasa Experian, as famílias com renda entre R\$ 1.000 e R\$ 2.000 foram as que mais contribuíram para a expansão da demanda por crédito, neste ano de 2015. A Serasa Experian também apontou que, no primeiro semestre deste ano, a inadimplência aumentou 16,4% junto às pessoas físicas. Neste mesmo período, o aumento da inadimplência junto às financeiras e operadoras de cartão de crédito foi de 18,3%.

Segundo o Banco Central, em abril deste ano, o endividamento médio das famílias brasileiras correspondia a cerca de 46,3% da renda anual das famílias, o maior desde que a série começou a ser calculada, em 2005. No mesmo mês, o grau de comprometimento mensal da renda, com serviços da dívida, foi de aproximadamente 21,9%.



Fonte: Serasa Experian.

Nota: variação calculada comparando a média de 2014 e 2013.

Do lado do setor produtivo, no primeiro semestre deste ano, as empresas apresentaram um aumento de 1,9% na inadimplência. A demanda por crédito aumentou 3,8% neste ano, em especial pelas micros e pequenas empresas, ao passo em que as médias e grandes reduziram a demanda por crédito no período. Setorialmente, a indústria é a única que demandou menos crédito neste ano.

TAXAS DE JUROS (% a.a.)

	dez/12	dez/13	dez/14	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15
Selic	7,25	10,00	11,65	12,65	13,15	13,15	13,65	14,15
TJLP	5,00	5,00	5,00	5,50	6,00	6,00	6,00	
Capital de Giro	15,05	19,86	21,79	22,59	23,55	22,53	23,52	
Cheque Especial	138,04	147,94	189,34	203,88	207,01	210,96	261,65	

Fonte: Banco Central do Brasil

Diante deste cenário, no acumulado entre janeiro e maio, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) realizada pelo IBGE, a média do desempenho das vendas no comércio varejista reduziu 2,0% no Brasil, comparado ao mesmo período do ano anterior. Nos primeiros cinco meses de 2014, o desempenho do comércio apresentou uma expansão de aproximadamente 5%. Nos 12 meses, entre junho de 2014 e maio de 2015, a PMC também aponta uma retração no setor comercial de cerca de 0,5%.

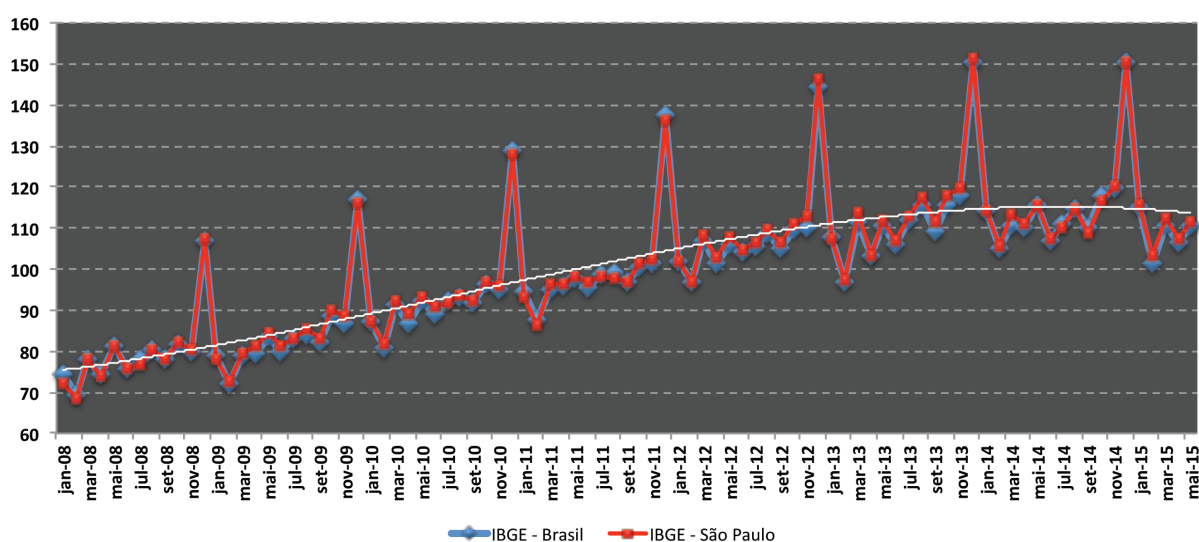
No Estado de São Paulo a atividade comercial retraiu 1,6% até maio deste ano, comparado ao igual período do ano passado, segundo a mesma pesquisa realizada pelo IBGE. Nos 12 meses, entre junho de 2014 e maio de 2015, a retração do comércio em São Paulo é de 1,3%.

Estes resultados refletem a tendência já apontada nas versões anteriores do Boletim EconomiABC, revelando uma retração no setor que não era captada pela pesquisa do IBGE desde o ano de 2003.

Além da elevação da taxa de juros e seu impacto sobre as operações de crédito, contribuíram a elevação da taxa de desemprego e a redução da massa de salários na região. Este fenômeno também foi observado nas últimas pesquisas de desemprego em nível nacional.

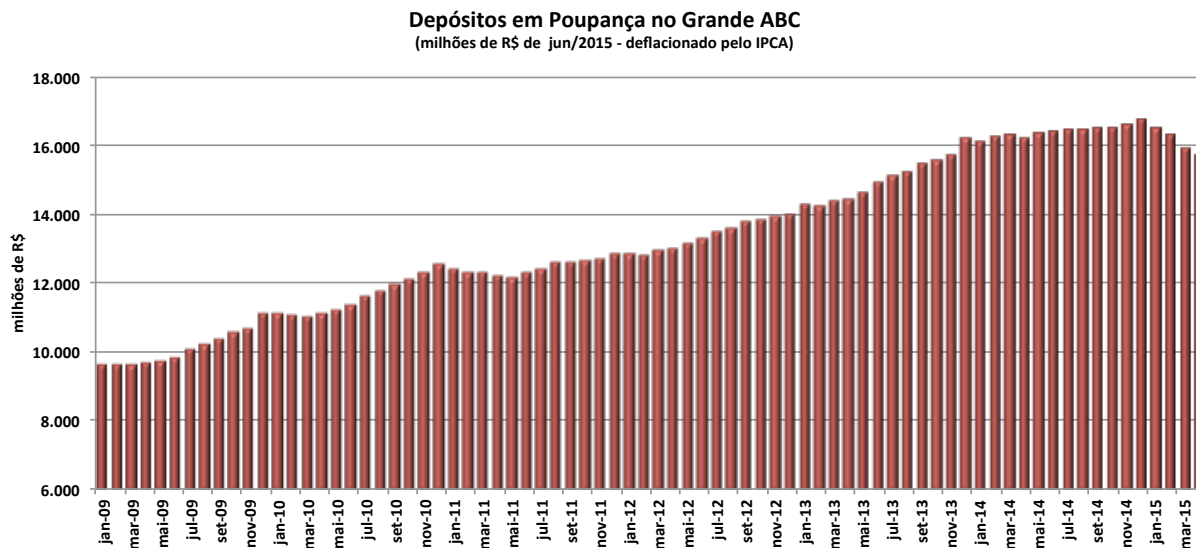
Neste período, segundo o indicador de atividade comercial da Serasa Experian, os segmentos que apresentaram o pior desempenho comercial, no primeiro semestre de 2015, foram veículos e peças, seguidos de combustíveis e lubrificantes e materiais de construção.

Atividade Comercial
(média de 2011 = 100)



Fonte: IBGE

Se de um lado o endividamento das famílias se ampliou, o saldo médio dos depósitos de poupança diminuiu nos primeiros cinco meses de 2015. A redução foi de aproximadamente 1%, em relação ao mesmo período do ano passado. Nos últimos meses, a diminuição acumulada foi de 6,3%.



Fonte: Banco Central do Brasil

INFLAÇÃO

A inflação acumulada, nos seis primeiros meses deste ano, atingiu 6,17%, medida pelo IPCA, chegando próximo ao teto da meta estabelecida pelo Banco Central, de 6,50% para o ano.

Comparado ao primeiro semestre do ano passado, quando a inflação acumulada foi de 2,57%, visualizamos a forte aceleração da inflação neste ano. Entre as ações adotadas pela equipe econômica para ajustar as contas públicas, estão a diminuição das renúncias e reduções de impostos, bem como a recomposição dos preços administrados e tarifas públicas. Em especial, os aumentos da tarifa de energia elétrica e dos combustíveis pressionaram a inflação neste período.

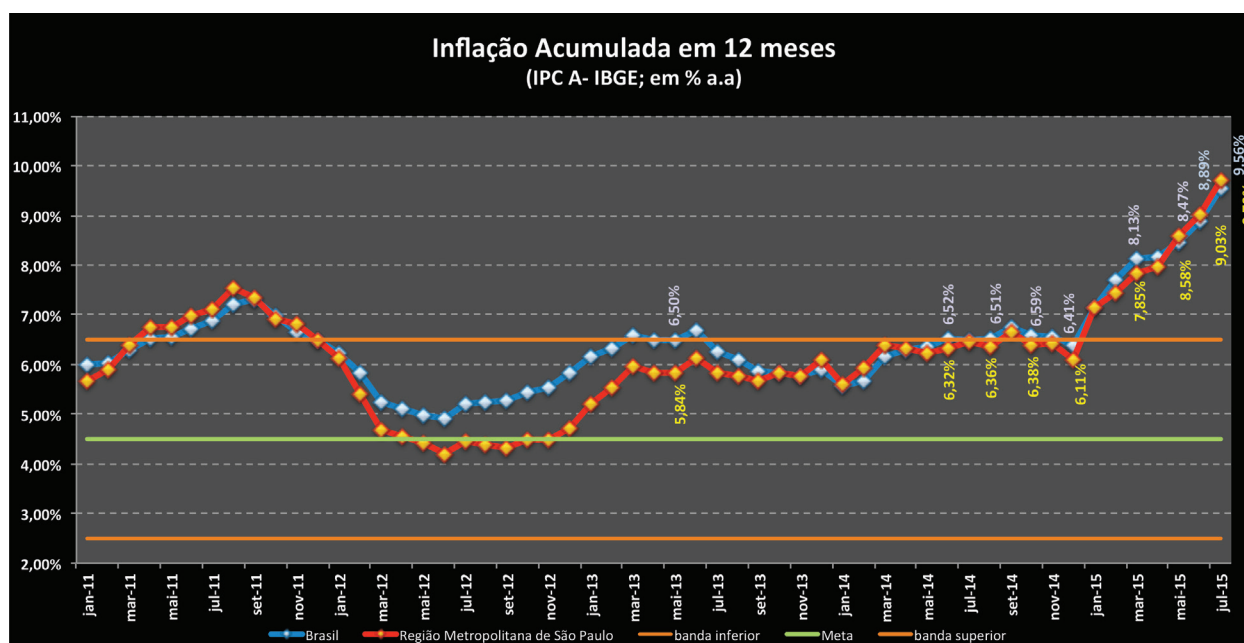
Segundo o relatório Focus, da primeira semana de Julho, a expectativa do mercado é que a inflação medida pelo IPCA feche o ano em aproximadamente 9,25%. A equipe econômica do governo aposta em uma inflação de 8,8% para 2015.

Outro fator que tem pressionado os preços é a taxa de câmbio. Até fins do ano passado, com o Real mais valorizado, parte da demanda interna estava sendo atendida com produtos importados, o que neutralizava parcela dos efeitos do estímulo ao consumo sobre os níveis de preço. Neste ano o Real tem se desvalorizado, o que tem encarecido as importações, diminuindo a viabilidade de sua utilização para conter a inflação.

Conforme apresentado nas últimas edições do Boletim EconomiABC, ainda que o governo não admitisse claramente, não havia dúvida com relação a utilização dos instrumentos acima para segurar a inflação dentro da meta estabelecida pelo Conselho de Política Monetária.

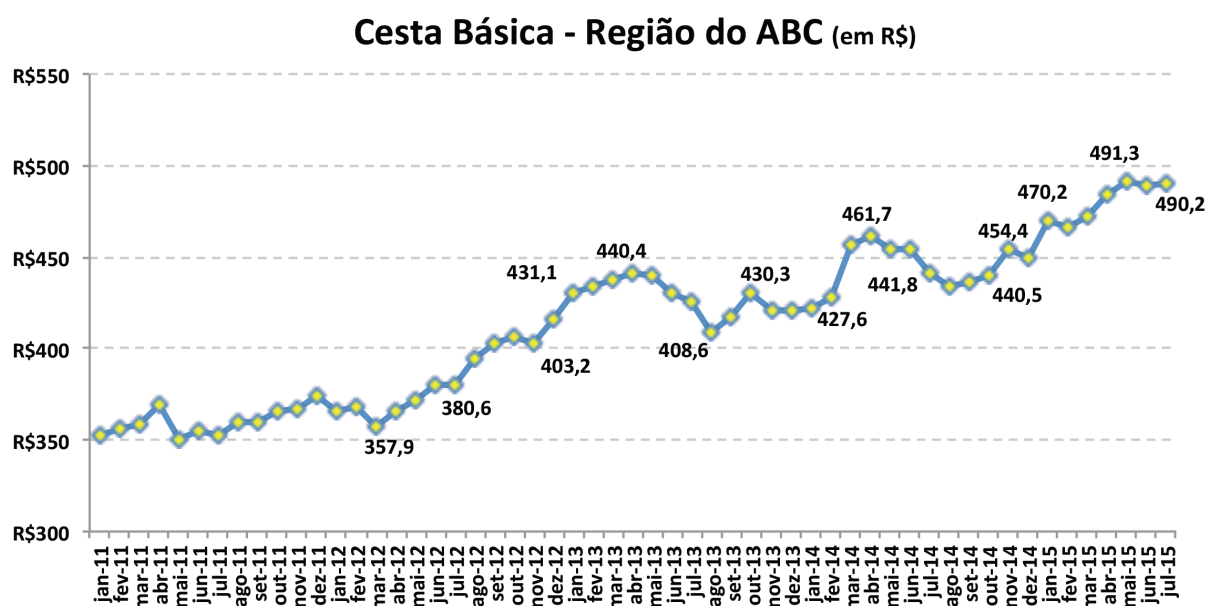
Ao mesmo tempo, este contexto reforça o debate em torno da eficácia da política monetária. Mesmo com a adoção dos mecanismos citados anteriormente para ajudar a conter a inflação, a elevação da taxa básica de juros de 7,25% para 11,25% entre dezembro de 2012 e dezembro de 2014, não foi capaz de trazer a inflação para o centro da meta, de 4,5%, tendo em vista que a inflação nos últimos anos fechou em 5,84% (2012), 5,91% (2013) e 6,41% (2014).

Diante das recentes mudanças provadas pelo ajuste econômico que vem sendo realizado pelo governo, será a elevação da taxa básica de juros, de 11,65% para 14,15%, suficiente para conter as pressões inflacionárias?



Fonte: IBGE

Na Região Metropolitana de São Paulo a inflação acumulada apurada pelo IPCA, no primeiro semestre do ano, é de 9,03%.



Fonte: CRAISA

Mais uma vez pressionada pelos preços dos alimentos, a cesta básica na região do Grande ABC ficou mais cara, ultrapassando R\$ 490 em junho deste ano. Comparado a junho do ano anterior, a diferença é de 10,95%, cerca de dois pontos percentuais acima da inflação registrada pelo IPCA no período. Somente neste ano o aumento foi de aproximadamente 9%.

MERCADO DE TRABALHO

Nos primeiros seis meses deste ano o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do MTE registrou perda de pouco mais de 345 mil empregos formais. Este número evidencia a retração da atividade econômica nacional no atual contexto.

Após alguns anos, com baixa taxa de desemprego, para os padrões históricos da economia, esta aumentou de 4,3% em dezembro de 2014 para 6,9% em junho de 2015, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. A mesma pesquisa apontou uma taxa de desocupação de 7,2% da População Economicamente Ativa na Região Metropolitana de São Paulo no último mês de junho.

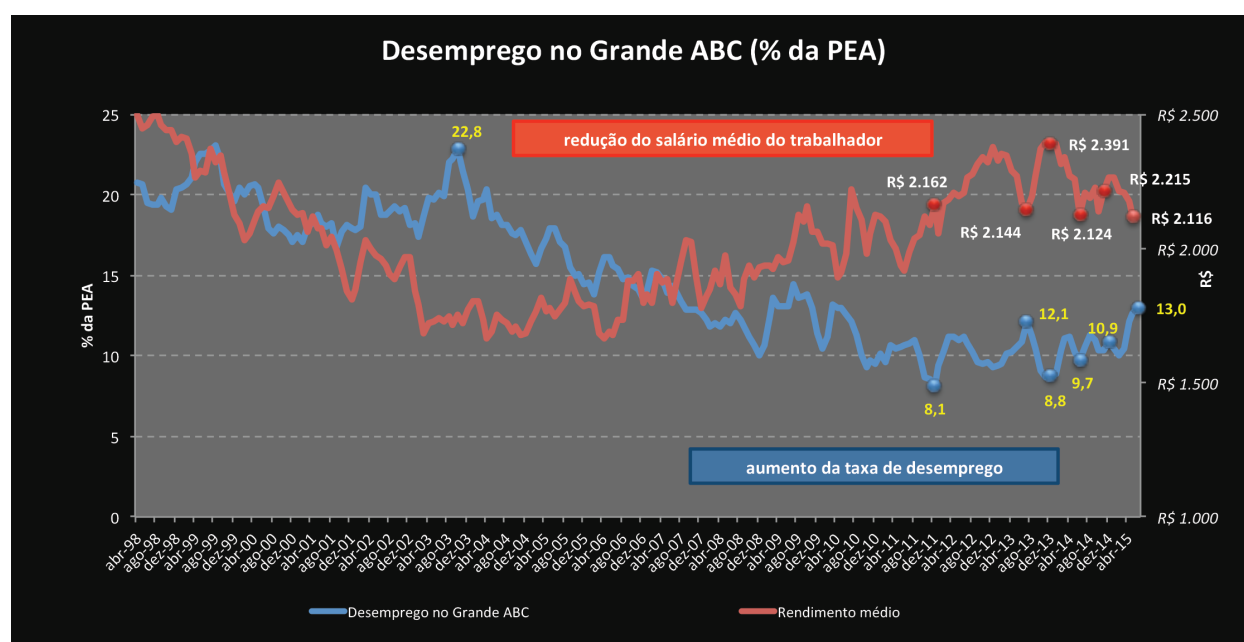
14

Com a elevação do desemprego, o IBGE também apontou uma redução na massa salarial do país em torno de 5%, nos últimos 12 meses.

O Grande ABC também apresentou aumento do desemprego no primeiro semestre do ano, influenciado, especialmente, pela indústria que, desde o ano passado, vem apresentando desaceleração em sua atividade produtiva.

A taxa de desemprego da região medida pelo SEADE, com uma metodologia diferente da utilizada pelo IBGE, registrou a desocupação de 13,0% da PEA em junho. O salário médio dos trabalhadores ocupados da região reduziu em torno de 6,3% entre junho de 2014 e de 2015, saindo de R\$ 2.259 para R\$ 2.116, deflacionado pelo Índice do Custo de Vida (ICV) do DIEESE.

Quanto a massa salarial na região do Grande ABC, houve uma redução de aproximadamente 6%, segundo dados da Pesquisa do SEADE.

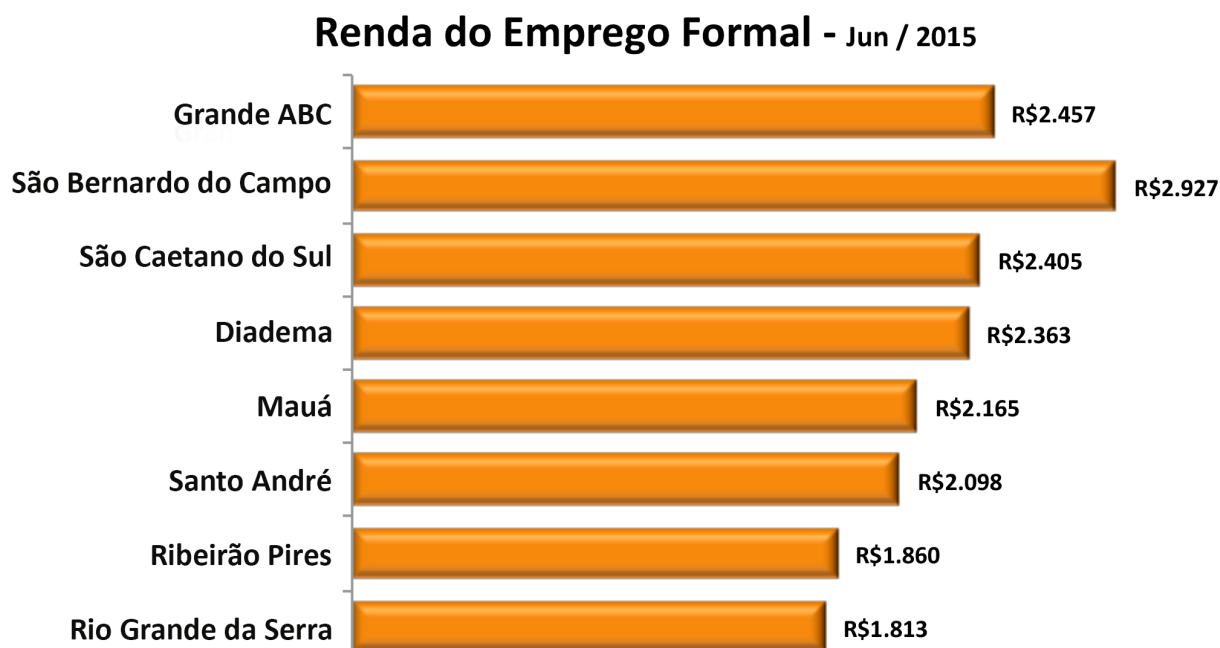


Fonte: SEADE

O momento mais difícil apresentado pelo mercado de trabalho da região, seja pela redução do salário médio, o aumento do número de pessoas desocupadas ou a incerteza daqueles que estão em disponibilidade (lay-off), alteraram o comportamento do consumidor. Os efeitos deste podem ser constatados pela redução do emprego também no setor comercial, além do setor de serviços.

No mercado formal de trabalho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no primeiro semestre do ano foram fechados mais de 18 mil postos formais de trabalho no Grande ABC, sendo a Indústria de Transformação a grande responsável por esse resultado, com o fechamento de mais de 10 mil postos. Este mesmo período também perderam postos de trabalho os setores de comércio (-3.336), serviços (-3.183) e construção civil (-1.507).

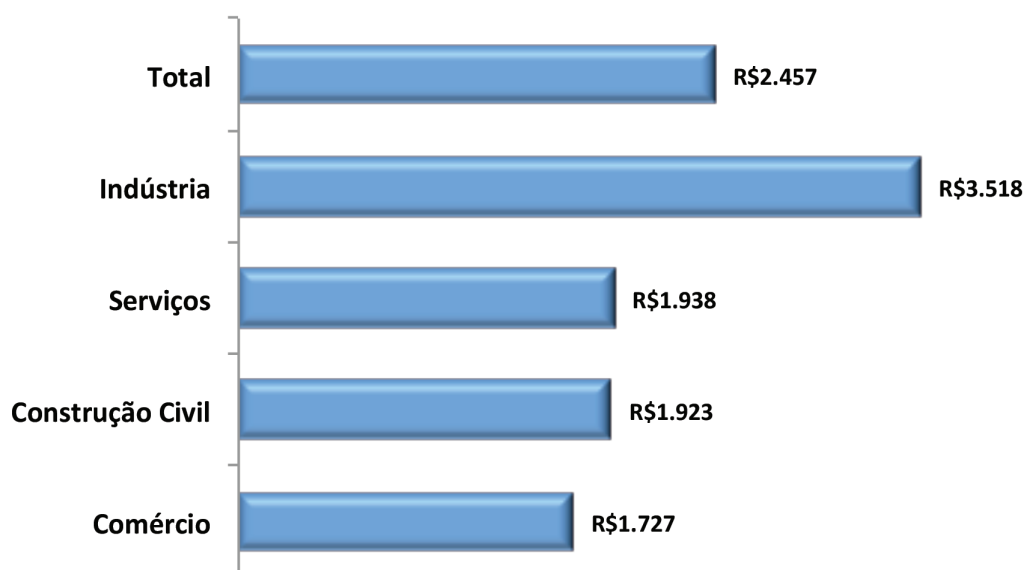
Os gráficos a seguir apresentam os salários médios estimados no mercado formal de trabalho no Grande ABC.



Fonte: CAGED / RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Geograficamente, os municípios que apresentaram maior capacidade de geração de valor adicionado, tendo em vista a malha produtiva, apresentam os melhores salários médios. Entretanto, é importante observar que em todos eles houve redução do salário médio de junho, comparado ao salário médio de dezembro do ano passado. Na região, o salário médio diminuiu de R\$ 2.485 para R\$ 2.457 no mercado formal de trabalho no primeiro semestre deste ano.

Renda do Emprego Formal no GABC - Jun/2015



Fonte: CAGED / RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Setorialmente, a indústria detém o maior salário médio, tendo em vista ser o setor com maior capacidade de criar valor adicionado, o que a faz ser o principal setor gerador de massa de salários na região do Grande ABC, com participação de cerca de 40%.

Entretanto, comparando os salários médios por setor, nos últimos 12 meses, todos apresentaram perdas, com destaque para a construção civil, onde a perda foi de quase 5%.

COMÉRCIO EXTERIOR

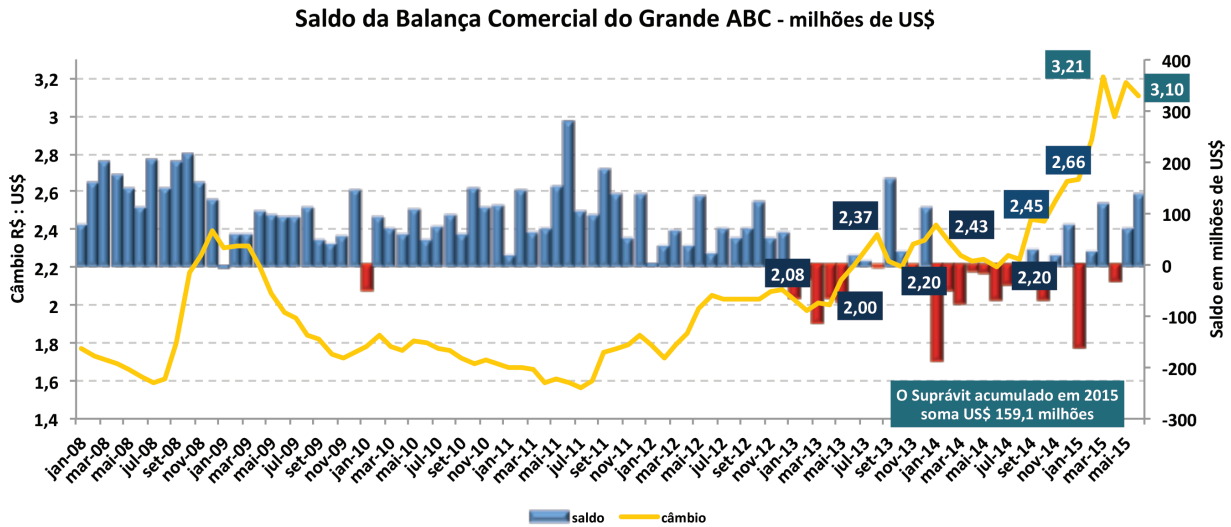
A Balança Comercial da região fechou o primeiro semestre deste ano com o melhor resultado dos últimos três anos, com um superávit de cerca de US\$ 159 milhões (FOB). Em 2013 e 2014 o resultado foi deficitário para o mesmo período.

A Balança Comercial Brasileira também apresentou o melhor resultado dos últimos dois anos, com um superávit de US\$ 2.221 milhões.

Se de um lado a desvalorização do real tem melhorado a competitividade do produto nacional no mercado externo, a baixa atividade econômica nacional tem diminuído a demanda por bens importados, contribuindo para a composição do resultado superavitário.

17

Se as exportações brasileiras diminuam 14,6% no primeiro semestre deste ano, as importações diminuiram 18,5%.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

No Grande ABC, os maiores superávits foram conseguidos na comercialização de bens manufaturados, que registrou um superávit de US\$ 336 milhões no primeiro semestre. Neste grupo, os industrializados foram os mais importantes.

Composição do Comércio Exterior do Grande ABC						
	TOTAL	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados	Industrializados	Operações Especiais
2012	728.613.346	-117.998.840	-88.198.176	934.810.122	846.611.946	240
2013	135.395.672	-252.069.292	-123.613.269	511.017.623	387.404.354	60.610
2014	-402.952.322	-146.199.793	-177.825.793	-78.926.736	-256.752.529	0
2015 *	159.170.127	-52.125.705	-125.462.604	336.723.730	211.261.126	34.706

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Diferentemente do ocorrido em 2014, quando as exportações do setor automotivo diminuam, nos primeiros seis meses deste ano as exportações de carro e de caminhões aumentaram 79% e 21% respectivamente.

Entretanto, dada a retração das vendas no mercado interno e o elevado volume de estoques, o setor automobilístico não apresentou melhora na produção e diminuiu empregos no período.

O principal desafio à economia do Grande ABC continua sendo estimular a atividade produtiva das indústrias, cujos efeitos deverão se espalhar para outros setores, ainda que algumas condicionantes dependam de fatores macroeconômicos.

OPINIÃO

Por que querem o impedimento de Dilma?

O ambiente atual é realmente confuso e complexo. Ele tem suscitado muitas interpretações e declarações diferentes, muitas obscuras, ou mesmo estúpidas. Nesta semana um conhecido filósofo declarou pomposamente extinta a Nova República, em um jornal de grande circulação. Outro jornal conhecido mostrou um "estudante" brasileiro no exterior que, após ofender presencialmente a Presidenta da República numa viagem desta aos Estados Unidos, propunha (desde Stanford, onde "estuda"...) a criação de "um governo paralelo, com parlamento, presidente e tudo mais". O Judiciário manda prender novamente José Dirceu, que já estava preso (em liberdade condicional), para, como disse corretamente um eminente historiador atual, criar mais um capítulo do necessário show golpista. Enquanto isto, o helicóptero de 50 milhões não é sequer mencionado no noticiário.

Podemos fazer alguma análise fria e politicamente não ingênua sobre toda esta melancólica situação?

É necessário ressaltar de início que a nova reeleição de um presidente do Partido dos Trabalhadores em 2014 foi um choque sobre as expectativas da fração majoritária da classe dominante e da oposição política que a representa. Dilma de fato buscou temporizar, distribuir cargos, não fazendo um governo combativo. Mas a direita brasileira nunca a quis. Havia grande expectativa de derrotá-la, alimentada pelas pesquisas e reforçada por eventos como as passeatas de junho de 2013 (criadas pela esquerda mas domesticadas pela direita ao longo dos dias). A morte dramática de um dos candidatos (Eduardo Campos) pôde ser interpretada, no nível inconsciente ou mesmo da pura invenção, como "culpa" da Presidenta. Estes fatos encheram de esperança os que não queriam que Dilma fosse reeleita. Afinal, já se passavam quase doze anos desde que o PT ocupava o Executivo federal. A vitória por poucos pontos alimentou a frustração oposicionista. Reforçou sua já prévia decepção com a democracia. A posição de Dilma tornou-se ainda mais frágil devido à eleição de um Congresso também oposicionista, com a consequente ruptura de fato da chamada base aliada, particularmente via PMDB. O presidente eleito da Câmara, supostamente a seguir a linha do partido aliado, passou a atacar furiosamente o governo. Governo no qual seu partido era representado... pelo próprio vice-presidente da República! Realmente, a situação tornou-se muito deprimente. Poderíamos perguntar: desordem política ou miscelânea programada? Os historiadores futuros terão melhor perspectiva do que nós para responder.

19

Há assim razões políticas por detrás dos sucessivos pedidos de impeachment -cujo teor legal é pobre e que esbarram sempre na honestidade da Presidenta. Além disso, a queda do crescimento, a desvalorização da moeda e o aumento da inflação tornaram a aceitação popular do governo ainda muito mais difícil, alimentando também os ataques oposicionistas. O cenário internacional depois de 2008 ficou muito mais hostil ao país, com queda do volume de exportações e estagnação da entrada de investimentos estrangeiros. Estes dois fatores têm levado à atual desvalorização da moeda, e no cenário de dependência continuada de importações, a um aumento dos preços. O governo buscou responder a tal com atrasos nos repasses do Tesouro ao Banco do Brasil e Caixa, aumentando o nível corrente de gastos, bem como diminuindo o próprio superávit fiscal. Movimentos com lógica econômica mas muito criticados pelos economistas neoliberais.

A chamada operação Lava Jato também adicionou outro fato desestabilizador da economia e da política. Bloqueou investimentos, licitações e desorganizou administrativamente muitos grandes grupos, inclusive a Petrobras. Responde por uma parte da queda do produto industrial atual. E ao prender executivos, instaurou o medo sobre a classe dominante. Este medo foi convenientemente canalizado (inconscientemente?) não sobre a Polícia Federal, vista como "honesta" e pairando acima das disputas políticas, mas sim ao Executivo. Executivo que ironicamente não a controla (PF), e que, ainda mais ironicamente, está sendo prejudicado por suas próprias operações! A Lava a Jato conseqüentemente alimentou um ódio às instituições vigentes convenientemente projetado sobre o Executivo, para grande benefício da oposição.

A figura feminina na Presidência, inédita em termos históricos até 2011, também se revelou uma dificuldade à governabilidade, se interpretamos com auxílio da psicologia. A figura feminina como chefe das forças armadas não pode deixar de alimentar o machismo latente da oposição. Na condição de mulher e ex-guerrilheira, já era de fato extremamente desagradável em termos políticos e históricos à oposição. Nas condições do patriarcalismo brasileiro, teria um presidente (homem) enfrentado as volumosas e catárticas passeatas de 2013? Qual é afinal o impacto da condição feminina da chefe do Executivo na psicologia social da oposição? Por fim, a política externa independente, a manutenção da Petrobras como patrimônio nacional, o programa "Mais Médicos" etc., também tornaram Dilma intolerável para a classe dominante e para parte importante do eleitorado a seguir os chamados "formadores de opinião".

Em suma: considera-se que já são muitos anos de PT no Executivo e nota-se a pulsão antidemocrática por "virar a mesa". A oposição sente (erroneamente, de fato!) ter perdido de vez o poder político do país para um partido de operários, sindicalistas e ex-guerrilheiros. Esta sensação de impaciência, no fundo, é a que mais explica os pedidos de impedimento.

Olhando desde 2015 para o lúgubre cenário deixado por Fernando Henrique Cardoso em 2002, a renda real aumentou, o desemprego caiu e as vendas também cresceram. Criaram-se mais direitos, mais bolsas e houve menos fome. O mercado de empregadas domésticas diminuiu e elas historicamente estão tendo menos filhos. O "exército industrial

20

de reserva” tornou-se menor. Ou seja, a economia cresceu com menos desemprego. Todos consumiram mais, de cima abaixo, ainda que a desigualdade não tenha caído de forma significativa. Todos melhoraram suas posições absolutas, ainda que as relativas tenham permanecido mais ou menos iguais. Viajar ao exterior deixou de ser luxo totalmente inatingível. Estes eventos ocorreram durante a presidência de Lula e Dilma e, por mais que não tenham sido responsabilidade total da política econômica, compreende-se que tenham irritado o setor corporativo e os ricos, que em geral não querem compartilhar nada.

Tudo isto é mais irônico ainda porque a direção do PT não buscou um enfrentamento político com os verdadeiros donos do poder: oligopólios, latifundiários, banqueiros etc.. Não se elegeram inimigos políticos claros, para além do PSDB, e não se aumentou a base popular de seus filiados. Sem inimigos políticos claros, restava a “ética” do partido como capital político. Mas era inevitável que o partido agora no poder atraísse não só quadros políticos bons e medianos, mas também gente muito ruim. O custo político em termos do aumento dos filiados e políticos do partido sem um vínculo ideológico real com a tradição petista foi trazer o partido para as denúncias de “corrupção”, juntamente com os partidos tradicionais especialistas neste saber-fazer. A adoção de práticas consuetudinárias dos partidos tradicionais pelo partido agora do poder, facilitada pelo rebaixamento do grau de exigência ideológica, corroe seu próprio crédito, portanto. Por outro lado, descuidando-se de uma reformados meios de comunicação, não se criaram também canais de comunicação de massas que pudessem interceder pelo governo. (Quando dos protestos em Junho de 2013, a TV Brasil, canal público mantido pelo governo federal, exibiu candidamente a obra de Mazzaropi, mantendo a linha de “não politizar a emissora”...)

Talvez o exemplo comparativo da Argentina permita entender melhor nossa situação. Lá, as milhares de covas da ditadura, a gravidade da crise (neoliberal) de 2001, o resgate da figura de Perón e a atuação corajosa do presidente Néstor Kirchner condensaram uma nova militância, que, com seus vícios e virtudes, está ao menos pronta a defender o governo nas ruas e a moldar uma outra opinião pública. Inclusive pela criação de canais de comunicação de massa abertamente governistas a conviverem ao lado dos outros abertamente opositores ou mesmo golpistas (que são a maioria). O interesse político dos jovens ressurgiu depois de anos de anomia menemista e políticos mais experientes foram reconduzidos à nova força política (o kirchnerismo). No Brasil, não se criaram as condições para uma política de massas, com a atração de uma nova juventude utópica. A experiência do trabalhismo prévio a 1964 nunca foi resgatada e mesmo o Vargas democrata foi condenado ao ostracismo histórico pela própria “nova” esquerda, que se julgava fundadora da experiência de organização popular.

No Brasil, nunca houve uma crise divisória a desmoralizar totalmente o neoliberalismo. Temos então uma situação mais desorientada para as forças progressistas, fato aproveitado com intensidade pela oposição ao longo dos últimos meses.

Hoje, mais do que nunca, a estabilidade e o aprofundamento democrático necessitaria mais do que nunca do que John K. Galbraith uma vez definiu como o “poder contrabalanceador”. Mas ele parece não estar à mão, com a direita pautando o debate público.

VITOR SCHINCARIOL

Historiador. Prof. Doutor do Curso de Economia da Universidade Federal do ABC

MONICA YUKIE KUWAHARA

Economista. Profa. Doutora do Curso de Economia da Universidade Federal do ABC

22



**A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.
Patrocine esta iniciativa!**

E-mail: observatorio.economico@metodista.br
Tel: 4366-5035

23